

monitoramento e organização comunitária em desastres



Sobre a Abong

A Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong) foi criada em 1991 com o objetivo de articular politicamente, em todo o país, ONGs que lutam pela defesa dos direitos humanos, pela democracia e por um mundo solidário, justo e sustentável.

A Abong se constitui também para fomentar processos organizativos locais e regionais, disseminar informações, compartilhar e construir estratégias e dar visibilidade à sua agenda política.

Atualmente, a Abong é formada por cerca de 300 organizações filiadas em todo o Brasil. Constitui um espaço diverso, plural e rico de intercâmbio e construção política, com incidência em outros fóruns e redes e em espaços institucionais de participação. Sua atuação extrapolou o âmbito nacional e hoje se dá internacionalmente, por meio de articulações de plataformas nacionais de ONGs, redes e processos globais, como o Fórum Social Mundial.

A Abong vem historicamente construindo uma forte intervenção pela demarcação política do campo das ONGs, lutando pelo entendimento do papel dessas organizações na sociedade brasileira, na contramão da leitura neoliberal de terceirização das funções do Estado. Nesse sentido, a Abong luta em três frentes: pela construção de um marco legal que ampare e reconheça as entidades da sociedade civil; pela democratização e transparência da relação da sociedade civil com o Estado; pela sustentabilidade política e financeira dessas organizações em um contexto de criminalização e crise da legitimidade daqueles(as) comprometidos(as) com a efetivação dos direitos e com a radicalização da democracia.

Essa ação política é construída pelas organizações reunidas em diretorias regionais (oito em todo país), cujas representações compõem, com a diretoria executiva (cinco integrantes de diferentes organizações), um conselho diretor. Foi um desses regionais, o Fórum Sul Abong, que assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento do projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí. O escritório nacional, em São Paulo, e uma assessoria jurídica, em Brasília, garantem o suporte executivo para essa estrutura no cotidiano da organização.

Para mais informações sobre a Abong, acesse www.abong.org.br>.

Desastres relacionados ao clima, como secas e enchentes — mais frequentes na América Latina e no Caribe — podem aumentar em mais de 50% em todo o planeta até 2015, afetando cerca de 375 milhões de pessoas anualmente.

Relatório "Direito à Sobrevivência", lançado pela Oxfam Internacional em abril de 2009.





Expediente

SOS Comunidade – Vale do Itajaí monitoramento e organização comunitária em desastres

Uma publicação

Associação Brasileira de ONGs (Abong)

Parcerias

Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp) Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz Fórum Sul Abong

Apoio

Oxfam GB

Edição

Iracema Dantas

Revisão técnica

Cynthia Pinto da Luz Irma Kniess Mauri José Vieira Cruz

Revisão

Marcelo Bessa

Projeto gráfico e diagramação

Imaginatto Design

Distribuição dirigida. São permitidas reproduções desta publicação, desde que citada a fonte. Impressa em papel reciclado.

Esta publicação está disponível em www.abong.org.br www.forumsulabong.com.br www.centrodireitoshumanos.org.br

Projeto SOS Comunidade - Vale do Itajaí

Idealização

Associação Brasileira de ONGs (Abong)

Coordenação

Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz Fórum Sul Abong

Parcerias

Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp) Centro de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí Centro de Direitos Humanos de Blumenau Centro de Direitos Humanos de Jaraguá do Sul

Apoio

Oxfam GB

Supervisão geral

Helda Oliveira Abumanssur - diretoria@abong.org.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S693

SOS Comunidade : Vale do Itajaí : monitoramento e organização comunitária em desastres / [idealização Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais]. - Rio de Janeiro : ABONG, 2010.

ISBN 978-85-88502-09-3

1. Projeto SOS Comunidade Vale do Itajaí. 2. Inundações - Itajaí, Rio, Vale (SC). 3. Comunidade - Organização - Itajaí, Rio, Vale (SC). 4. Comunidade - Organização - Participação do cidadão - Itajaí, Rio, Vale (SC). 5. Participação social - Itajaí, Rio, Vale (SC). 6. Controle de inundações - Itajaí, Rio, Vale (SC) - Política governamental. 7. Controle de Inundações - Itajaí, Rio, Vale (SC) - Política governamental. Avaliação. I. Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.

09-0022.

CDD: 363.34930981642

CDU: 364.6:504.4(816.42)

04.01.10 05.01.10

016972

Coordenação geral

Mauri José Vieira Cruz – mauricruz@terra.com.br Irma Kniess – irmakniess@terra.com.br

Coordenação local

Cynthia Pinto da Luz - cynthiapintodaluz@terra.com.br

Mobilizadores(as)

Irma Kniess – Joinville Nilson de Souza Vieira – Itapoá Lenilso Luis da Silva – Blumenau Vilso João Felizari – Itajaí e Brusque João Batista Martins – Jaraguá do Sul

Apoio técnico, administrativo e financeiro

Ana Arigoni Ana Maria Straube de Assis Moura Isabel Pato Jorge Leon Marta Elisabete Vieira







SUMÁRIO

00	
08	DDEELOIO
	PREFACIO
A	ITILITIOIO

- 11 APRESENTAÇÃO
- 12 os fatos
- 15 CAUSAS DA TRAGÉDIA
- 17 CONTROLE SOCIAL
- 19 SOBRE O PROJETO
 - RELATÓRIOS DAS REGIÕES ATINGIDAS
 - Blumenau
 - · Camboriú
 - Itajaí
 - Itapoá
 - Jaraguá do Sul
 - Joinville
 - Luiz Alves
 - APRENDIZADOS

50 DEBATE

- Desastres, pobreza e sofrimento por que devemos combatê-los de forma integrada?
- Pelo direito à sobrevivência por Maret Laev

PREFÁCIO

A sociedade civil brasileira observa apreensiva a quantidade e a intensidade dos fenômenos climáticos que assolam o país nos últimos anos. Tido como um país "bonito por natureza", onde não há vulcões, não ocorriam grandes monções, nem furacões, o Brasil entrou na agenda das catástrofes de forma vertiginosa e, por ter um território extenso e uma população numerosa, os números de vítimas, com mortes ou não, são igualmente trágicos.

Embora parte da comunidade técnica tente justificar esses fenômenos como naturais e previsíveis dentro do ciclo normal da natureza, é inequívoco que a intensidade e os danos de vidas humanas, de prejuízos sociais e econômicos decorrem do modelo de uso e ocupação do território, da concentração de produção e consumo nas grandes cidades e de um uso insustentável dos recursos naturais. De alguma forma, as leis da natureza não se ajustam às leis do mercado. E esse choque tem produzido consequências ainda imprevisíveis.

Primeiras vozes a denunciar a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento centrado na produção e no consumo desenfreados, da busca incessante do lucro e da falta de cuidado com as pessoas, as organizações sociais estão sendo chamadas, cada vez mais, a agir de forma emergencial quando esses fenômenos ocorrem. Por estarem mais próximas das comunidades atingidas, por terem uma característica e capacidade militante e, principalmente, pelo seu profundo compromisso com o chamado trabalho de base, as organizações sociais estão assumindo, de forma crescente, essa agenda.

Não foi diferente com as enchentes e os desmoronamentos ocorridos no Vale do İtajaí (SC) em novembro de 2008. Milhares de pessoas ficaram desabrigadas, houve centenas de mortes por afogamento ou soterramento, e, por mais de várias semanas, milhares de pessoas foram deslocadas para abrigos públicos, escolas, ginásios e igrejas. A rede de solidariedade surgiu de forma imediata e eficiente, gerando resultados práticos e dando conta das necessidades básicas como acesso à água, alimentos, abrigo e roupas.

Após essa ação da sociedade civil organizada ou não, seguiram-se as ações do Estado, na sua maioria, mais com promessas do que com ações práticas. Ficou evidente, num primeiro momento, a falta de previsibilidade e de planejamento

para essas situações, a dificuldade de trabalho articulado entre os vários órgãos públicos, a desestruturação de pessoal e de equipamentos dos órgãos de defesa civil, a ausência de recursos para agir de forma imediata.

Passados os primeiros dias, quando a prioridade foi o resgate das pessoas e sua colocação em condições mínimas de segurança, acesso à água e distribuição de alimento, abrigo e vestimentas, iniciou-se um longo caminho de reconstrução. Essa experiência de reconstrução contou com uma iniciativa inédita, por parte das organizações associadas à Abong, com apoio da agência de cooperação internacional Oxfam GB, no sentido de atuar no processo de organização e monitoramento dos recursos públicos das várias esferas.

Essa experiência, refletida de forma sucinta nesta publicação, reflete o acúmulo que as organizações sociais, em especial, os Centros de Direitos Humanos e seus aliados, tiveram em organizar as comunidades mais atingidas, monitorar a aplicação dos recursos e divulgar as ações – ou inação – dos agentes públicos na resolução dos problemas.

Infelizmente, após mais de um ano da tragédia, as condições básicas de retorno de centenas de famílias às suas casas ou aos terrenos de sua propriedade não foram viabilizadas, e a construção de novas moradias prometidas por vários gestores públicos não se efetivou na maioria das cidades. O resultado do projeto demonstra que há ainda muito trabalho a ser feito no processo de prevenção dessas catástrofes, de organização comunitária e popular para gerenciar os territórios de forma sustentável e de combate ao atual modelo de desenvolvimento. Além disso, ficou evidente que a estrutura pública de prevenção, atuação imediata e de reconstrução das cidades diante dessas situações não existe. Assim, a presente publicação é uma excelente contribuição para provocar o debate.

Mauri José Vieira Cruz Advogado ambientalista Membro do Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp) – www.camp.org.br Diretor do Fórum Sul Abong – www.forumsulabong.org.br



APRESENTAÇÃO

"As pessoas estão sem saber para onde irão quando a chuva parar, se as estradas forem restabelecidas. Estão sem casa, sem roupas, sem emprego, sem destino."

Trecho extraído do projeto emergencial de apoio à comunidade do Vale do Itajaí, proposto pela Abong e apoiado pela Oxfam GB.

O objetivo desta publicação é divulgar a experiência do projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí, desenvolvido de março a outubro de 2009, na região atingida pelas enchentes ocorridas em novembro de 2008, no Estado de Santa Catarina.

Idealizado pela Associação Brasileira de ONGs (Abong), o projeto foi a forma encontrada para apoiar a atuação de entidades civis locais na luta para a reconstrução das condições básicas de vida nas 17 cidades atingidas do estado. E mais: além de pressionar pela imediata reconstrução material das casas, escolas, creches e hospitais, a iniciativa foi pensada para a reconstrução do conceito de desenvolvimento e do caráter de sociedade e cidadania organizadas.

A estratégia política adotada pelo projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí foi sensibilizar as lideranças locais e contribuir para que elas se unissem em torno de objetivos comuns, por meio da implantação de comitês locais e de um comitê estadual. O projeto foi apoiado pela Oxfam GB e desenvolvido pelo Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp), pelo Fórum Sul Abong e pelo Centro de Direitos Humanos de Joinville com apoio dos Centros de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí, de Blumenau e de Jaraguá do Sul. •



EM NOVEMBRO DE 2008, O ESTADO DE SANTA CATARINA, no sul do Brasil, sofreu uma catástrofe ambiental de enormes proporções. Enchentes ocorridas no Vale do Itajaí² provocaram a morte de 167 pessoas. Antes desse ápice, foram 60 dias ininterruptos de chuvas e, depois, com o solo encharcado, 72 horas de fortes precipitações. O nível do rio Itajaí-Açu chegou a subir 11,52 metros acima do nível normal, e o solo recebeu o equivalente a mil litros de água por metro quadrado. Como resultado, toda a área, especialmente os morros, praticamente se dissolveu. Mais de 300 mil pessoas foram atingidas direta ou indiretamente por essa tragédia.

^{1.} Texto elaborado a partir de documentos do Fórum Sul Abong e dos relatórios parciais do projeto SOS Comunidade - Vale do Itajaí.

^{2.} Inclui os municípios Benedito Novo, Blumenau, Bom Jardim da Serra, Gaspar, Ilhota, Itajaí, Jaraguá do Sul, Luiz Alves, Pomerode, Rancho Queimado, Rodeio, São Pedro de Alcântara e Florianópolis.

Número de mortes³

CIDADE		SEX0		IDADES				TOTAIS	
	Homens	Mulheres	NI*	Crianças	Jovens	Adultos	Idosos	NI*	
BENEDITO NOVO			2			1	1	-	2
BLUMENAU	12	12		3	6	14	1	-	24
BOM JARDIM DA SERRA	-	-	1		-	1	-	<u>.</u> 6	1
GASPAR	6	10		3	5 ,	4		4	16
ILHOTA	7	7	23	6	3	4	1	23	37
ITAJAÍ	2	1.5		-1 -1	1	. 1	4.	-	2
JARAGUÁ DO SUL	5	.8	•	4	1	6	2		13
LUIZ ALVES		- 1	8		-		· · ·	8	8
POMERODE	è	1	<u>-</u>	-	-	<u>-</u>	1	÷.	1 1
RANCHO QUEIMADO	1	1		1 14.	•	2	7.	-	2
RODEIO	1	3	-	1	1	2	\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \		-4
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	- 1	1	1	7		. 14 B	1	-	1
FLORIANÓPOLIS	1	- <u>-</u>	-		· ·	1	-		.1
SUBTOTAIS	35	43	`34	17	17	36	7	35	112

^{*} Não informado.

Fonte: projeto SOS Comunidade - Vale do Itajaí.

A ausência de efetivas políticas públicas de defesa civil – capazes não só de resgatar vítimas, mas de prevenir desastres ambientais e lidar com necessidades mais urgentes – tornou as consequências das enchentes ainda mais devastadoras. Independentemente de classe social, muitas famílias perderam tudo. Mas é verdade que as mais pobres demorarão ainda mais para reconstruir suas vidas. Outro dado que assusta é a constatação de que uma em cada três pessoas abrigadas perdeu um parente próximo, segundo avaliação do projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí, gerando impactos psicológicos de grande sofrimento. Várias famílias perderam não apenas sua casa, mas o próprio terreno em que estava a construção, que acabou sendo levado pelos deslizamentos. Muitas empresas foram destruídas e perderam seu maquinário e prédios. O Porto de Itajaí, que gerava milhares de empregos diretos e indiretos, ficará sem funcionamento por cerca de dois anos. Escolas, salões de igrejas e até clubes foram improvisados como abrigos e chegaram a acolher 20 mil pessoas. E para esses mesmos locais foram destinados a maior

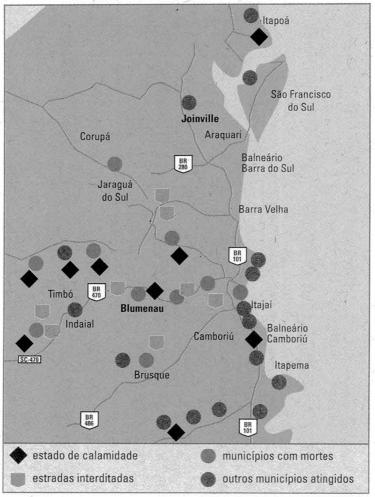
^{3.} A informação oficial da Defesa Civil de Santa Catarina enumera 138 pessoas mortas e três desaparecidas.



"De repente deu aquela explosão e meu marido disse: é o fim do mundo, soltaram uma bomba... Minha filha disse: 'vou pra casa... meus filhos tão ali'. Ela subiu e, quando entrou na casa, teve uma explosão e eles ficaram embaixo do barro. Acabou-se com tudo!"

Depoimento de Adelaide Schmitt Bãe, moradora do Morro do Baú, na Ilhota. parte de donativos como água, alimentos, roupas, colchões e cobertores. Diante de um quadro tão desolador, ficou visível o despreparo dos governos em lidar com uma situação de emergência daquele porte (no mapa a seguir, veja a região mais afetada pela catástrofe).

Mapa da tragédia



Fonte: www.defesacivil.sc.gov.br

Glossário

Atingido(a) – aquele(a) que sofreu algum impacto direto causado pelo desastre. Em cidades onde a inundação chegou ao centro da localidade, todas as pessoas são consideradas atingidas.

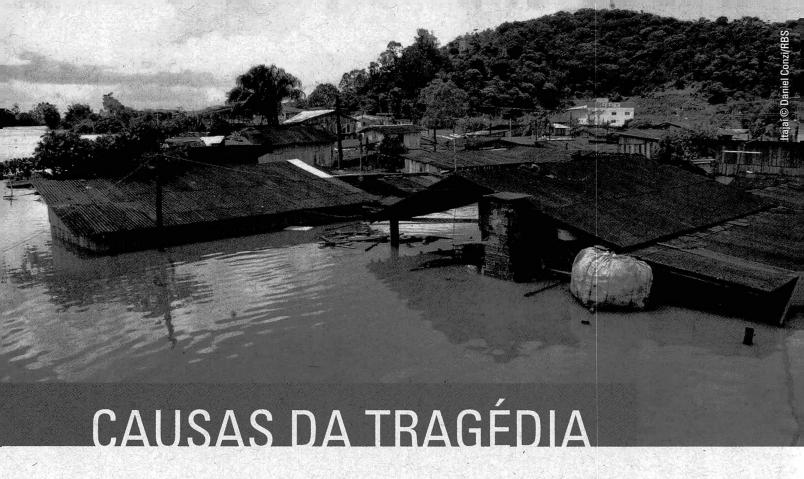
Desalojado(a) – aquele(a) que teve de sair de casa durante o temporal, mas voltou logo que as águas baixaram ou quando foram restabelecidas as condições mínimas.

Desabrigado(a) – aquele(a) que não pode retornar para casa porque ela está condenada ou foi completamente destruída.

Desaparecido(a) – aquele(a) que, segundo a familia, estava na região e não foi visto(a) desde os dias dos temporais.

Deslizamento – desastre mais comum e trágico. Geralmente ocorre em áreas de risco formadas em virtude das construções irregulares em encostas, corte e aterros incompatíveis com o terreno, acúmulo de lixo nas partes mais altas, desmatamento, obstrução dos caminhos das águas etc.

Alagamento – geralmente ocorre quando há chuva intensa, isolada e de curta duração, associada ao vento forte de rajada com velocidade de até 90 km/h.



NÃO É SIMPLES ENCONTRAR AS RAZÕES QUE OCASIONARAM UMA TRAGÉDIA TÃO ARRASADORA como a que ocorreu em Santa Catarina. No entanto, como muitas pessoas denunciam, por trás dessa catástrofe está a política ambiental do governo catarinense, que, com o apoio do governo brasileiro, tem permitido uma ferrenha degradação ambiental das encostas dos morros. Entidades ambientalistas também acusam o governo do estado de promover alterações na legislação ambiental para, assim, ampliar a ocupação desordenada dos morros e encostas. Declaram, ainda, que a calamidade ocorrida foi uma tragédia anunciada que, caso não haja mudanças, se repetirá.⁴

^{4.} Para mais informações sobre a tramitação da alteração da lei ambiental, acesse <www.comiteitajai.org.br/blog>.



"Só temos desilusão, tristeza, ao saber que, quando ocorre qualquer mudança de clima, não dormimos direito."

Depoimento de Marcelo de Azevedo, morador de Joinville.

Exemplo dessa ocupação irregular nos morros é a quantidade de madeireiras que se instalaram no Morro do Baú, na Ilhota, uma das regiões mais afetadas. Entre as muitas reportagens publicadas à época, uma apresenta uma família de empresários – mais especificamente, madeireiros – que chora a perda de toda a "produção" e aponta toras empilhadas no meio da lama, ou seja, essa madeira foi "produzida" nos morros que "derreteram".

Sem dúvida, o volume de chuvas que caiu sobre a região em novembro de 2008 foi anormal e, em qualquer situação, causaria estragos.

Mas também é verdade que o número de vítimas se concentrou em moradores e moradoras dos morros e do pé de morros usados para a "produção" de madeira, bananas e outras atividades econômicas.

Joinville © Fabrizio Motta/RBS

Blumenau © Adriana Franciosi/RBS





DIANTE DE UM QUADRO TÃO COMPLEXO, lideranças da sociedade civil organizada não tiveram dúvida em apontar que o caminho de reconstrução seria longo e deveria abranger várias áreas econômicas, sociais e ambientais. Para isso, logo se pensou em um processo de organização e mobilização das comunidades, evitando que as necessidades das pessoas atingidas caíssem no esquecimento.

Outro dado que alertou as organizações de participação social foi o volume de recursos aportados. A única forma de evitar que tais cifras se transformassem em benefícios para poucas pessoas seria criar mecanismos coletivos e públicos de controle e de aplicação de tais recursos em prol da coletividade e, principalmente, priorizar as pessoas mais necessitadas.

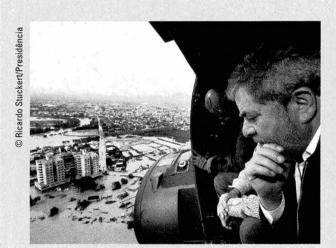
É importante ressaltar que a preocupação com o destino de vultosos recursos, como os prometidos para a habitação, está baseada em um fato concreto. A legislação brasileira permite a dispensa de processos licitatórios quando ocorrem catástrofes e tragédias. Certamente, tais dispositivos legais serão utilizados para a aplicação desses recursos, mas, sem controle social, poderão representar desvio de verbas públicas.



"É frio, chove, tudo está molhado. É terrível. Nunca pensei que ia passar por uma situação como esta."

Depoimento de Márcia dos Santos, moradora da Ilhota.

Nesse contexto, ONGs⁵ que têm estreita ligação com a comunidade resolveram atuar de forma diferenciada do socorro emergencial, que já estava sendo realizado por outras instituições historicamente envolvidas com causas humanitárias. A iniciativa detalhada a seguir resume a experiência do Fórum Sul Abong, que, apoiado pela Oxfam GB, busca principalmente organizar a comunidade para exigir do poder público a implantação de medidas preventivas que evitem novas situações de risco, a celeridade e seriedade na utilização das verbas públicas destinadas à reconstrução de danos e a construção de um novo modo de vida coletiva em territórios literalmente arrasados. Busca-se, assim, resgatar saldos positivos mesmo diante da tragédia coletiva. •



Lula sobrevoa a região atingida pelas enchentes em Santa Catarina

Resposta oficial

Ainda em meio ao caos provocado pelas enchentes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobrevoou a região e prometeu liberar emergencialmente R\$ 1,2 bilhão para a reconstrução das cidades. Metade desses recursos — ou seja, R\$ 600 milhões — seria destinada para a reconstrução de estradas e pontes. Cerca de R\$ 300 milhões seriam alocados à reconstrução do Porto de Itajaí, um dos maiores do país e porta de saída de quase toda a economia de Santa Catarina, atendendo ainda os Estados do Paraná e de São Paulo. Os R\$ 300 milhões restantes seriam dedicados para a construção de 12 mil casas novas e para a reforma de outras 30 mil casas.

Tais recursos, no entanto, não chegaram a Santa Catarina ou estão sendo aplicados em outras ações. Segundo o relato de lideranças comunitárias, os recursos prometidos pelo governo brasileiro nunca chegaram às pessoas atingidas pelas enchentes no Vale do Itajaí. Outro anúncio feito pelo governo, na mesma época, foi a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as vítimas das enchentes.

5. O Fórum Sul Abong possui quatro associadas em Santa Catarina: Centro de Direitos Humanos (CDH) em Joinville; CDH Vale do Itajaí, em Rio do Sul; CAAP, em Florianópolis; e Centro Vianei, em Lages. Desde os primeiros momentos, as entidades se mobilizaram para apoiar a comunidade em sua auto-organização.



A ESTRATÉGIA PRINCIPAL DO PROJETO SOS COMUNIDADE — VALE DO ITAJAÍ foi organizar as regiões atingidas pelas enchentes em torno de comitês — estadual, municipais e locais — com a tarefa de garantir que o apoio público estadual e federal aportado na região estivesse em sintonia com os anseios da comunidade. Em outras palavras, buscou-se fiscalizar e acompanhar as ações de reconstrução, garantindo, com base na organização comunitária, que os direitos das pessoas fossem atendidos plenamente. Dessa maneira, a iniciativa estaria garantindo que os recursos públicos fossem gerenciados em parceria com a comunidade e aplicados em ações que garantissem o direito humano à alimentação, à moradia, à saúde, à educação e ao trabalho.

Em uma esfera mais ampla e de longo prazo, está previsto o Comitê Estadual de Reconstrução e Prevenção das Áreas Atingidas, 6 a ser formado pelas entidades da Abong e outros parceiros estratégicos. Essa instância estadual será uma forma de socializar o processo de monitoramento e pensar/planeiar, de forma mais ampla, temporal e qualitativamente. Suas funções específicas serão: a) preparar o monitoramento das verbas federais, estaduais e municipais que os governos afirmaram que liberariam ao longo dos próximos anos, monitorar a eficácia da aplicação desses recursos destinados a minimizar os efeitos da tragédia e a efetiva chegada de tais verbas ao destino, e orientar a população sobre o acesso a outros benefícios como o FGTS, entre outros; e b) criar mecanismos coletivos e públicos de controle e aplicação desses recursos em prol da coletividade – principalmente, priorizando as pessoas mais necessitadas – e também ser um comitê estadual com poder de denúncia contra oportunistas, públicos ou privados, desvios de recursos, podendo propor ao poder público medidas legais, como o tabelamento de preços de alimentos e de produtos essenciais, a fim de coibir a especulação de preços nesse momento de dificuldades.

Já os comitês municipais e locais – intitulados Comitês Municipais de Reconstrução Comunitária – têm o objetivo de monitorar e divulgar, de forma bem ágil, a aplicação dos recursos públicos nas ações de reconstrução, denunciando quaisquer desvios de finalidades ou a demora na reconstrução das casas e das condições básicas de vida da população. Para isso, o projeto organizou as comunidades dos municípios atingidos pelas enchentes e pelos deslizamentos de morros criando comitês municipais nas seguintes cidades: Ilhota, Jaraguá, Araguari, São Francisco do Sul, São Bento do Sul, Corupá, Camboriú, Itapema, Itapoá, Gaspar, Pomerode, Timbó, Benedito Novo, Blumenau, Bom Jardim da Serra, Luiz Alves, Rancho Queimado, São José de Alcântara e Rodeio.

Os principais Comitês Municipais, que contribuíram para a organização das pessoas atingidas nos pequenos municípios, foram os das cidades-polo de Joinville, Jaraguá do Sul e Itapoá. •

^{6.} As seguintes entidades foram convidadas a compor o Comitê Estadual: Centro de Direitos Humanos de Joinville, Centro de Direitos Humanos do Vale do Itajaí, Centro de Direitos Humanos de Blumenau, CAAP/Florianópolis, Instituto Anima, Casa Chico Mendes, Fundação Fé e Alegria, CNBB — Pastoral da Criança, Instituto População e Desenvolvimento, Fatma — Fundação do Meio Ambiente/SC, Gapa — Santa Catarina, ONG Moradia e Cidadania, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, CUT Regional Vale do Itajaí, Força Sindical de SC, Pastoral Carcerária, Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental, Fetraf Sul, Movimento das Mulheres Camponesas de SC e Rede de Educação Cidadã de SC.

Como funcionam os Comitês Municipais?

A proposta testada pelo projeto SOS Comunidade — Vale do Itajaí leva em conta a necessidade de as pessoas se sentirem minimamente capazes para o exercício dessa participação. Assim, os Comitês Municipais de Reconstrução Comunitária são organizados apenas quando os grupos atingidos começam a se restabelecer e retornam a seus lugares de origem ou a novos aglomerados de reurbanização, sem o risco iminente de uma nova tragédia. Esses comitês assumem a tarefa de fiscalizar e monitorar tecnicamente medidas adotadas pelo poder público e propor ações para garantir a democracia, o acesso e a eficácia do uso dos recursos econômicos destinados, além de, quando necessário, efetuar denúncias.

Um dos objetivos desses comitês é exigir que os recursos anunciados pelos governos nas três esferas sejam efetivamente enviados (em geral, esses recursos são anunciados e depois contingenciados). Também é parte de suas atribuições fazer um diagnóstico regular da disponibilização e aplicação dos recursos públicos e do processo de reconstrução das casas, escolas etc.

Outra forma de ação é por meio da promoção da educação ambiental para a população em geral e também do monitoramento da aplicação da legislação ambiental por parte dos governos. Neste caso, busca-se que a reconstrução não repita os mesmos erros que levaram à tragédia, tais como moradias em encostas de morros, utilização de plantio intensivo nesses locais, plantio de eucaliptos, pínus e bananas e total desrespeito às normas ambientais.

Comunicação e divulgação

O projeto SOS Comunidade — Vale do Itajaí também apostou na comunicação como maneira de aumentar a participação. Assim, lançou um boletim eletrônico para divulgar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, monitorando a gestão dos orçamentos de reconstrução, difundir as boas práticas realizadas pelas comunidades acompanhadas e divulgar as ações para as outras cidades.

Também foram feitos registros fotográficos, além de um vídeo que denunciou, por meio de depoimentos de pessoas diretamente envolvidas nas enchentes, a situação a que permanecem submetidas.

Relatórios das regiões atingidas



Joinville © Fabrizio Motta/RBS

Com o objetivo de detectar o atendimento e o acesso às políticas públicas destinadas às pessoas atingidas por enchentes/deslizamentos, um diagnóstico inicial foi aplicado pelo projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí na região, subdividindo-a em cidades-polo (Blumenau, Joinville, Itajaí, Brusque Itapoá e Jaraguá do Sul), e no norte do estado (municípios de Camboriú, Corupá, Gaspar, Guaramirim, Ilhota, Luiz Alves, Massaranduba e Schroeder).

De modo geral, houve grande dificuldade na obtenção de dados oficiais por parte dos órgãos municipais. É possível afirmar que, em algumas cidades, houve mesmo certa resistência. Em compensação, destacou-se a facilidade no relacionamento e na realização de entrevistas com a população em geral, por meio das quais foi detectado grande desânimo e descrédito por parte das pessoas atingidas nos órgãos públicos e governos. Especialmente sobre doações, o descontrole por parte dos municípios é grande. E, mais grave ainda, de forma quase generalizada, nenhuma providência concreta relativa a mecanismos de prevenção contra novas enchentes e deslizamentos está sendo tomada nos municípios diagnosticados.

O diagnóstico buscou informações nas seguintes áreas: caracterização da região (número de habitantes, pessoas desabrigadas etc.), principais problemas ocorridos (como falta de luz e água), acesso ao atendimento emergencial e de saúde (como doações de roupas, remédios e alimentos), acesso às políticas de atendimento (como recursos para aluguel e reconstrução e liberação do FGTS), e a existência de comitês municipais, organizações parceiras ou entidades de controle social. Tal análise, apresentada de forma resumida a seguir, também considerou pontos críticos e as condições nas quais se encontrava a população atingida meses após as enchentes (os dados foram apurados de junho a agosto de 2009).

BLUMENAU

Blumenau © Gilmar de Souza/RBS



Há um número significativo de pessoas vivendo em áreas de risco e ocupação. Sem alternativa de moradia, as famílias retornaram para as áreas de risco assinando um termo de compromisso para a Defesa Civil.

Conhecida pela alegria da Oktoberfest, a cidade de Blumenau foi uma das mais atingidas pelas chuvas de novembro de 2008. Entre seus 310 mil habitantes, 30 mil pessoas foram atingidas. Também foram contabilizadas 22,8 mil pessoas desabrigadas e 24 óbitos decorrentes de enchentes e soterramentos. As vítimas eram pobres na maioria, mas a classe média alta também foi atingida.

A cidade sofreu com deslizamentos generalizados em todas as regiões e queda de ponte em locais diversos, gerando obstrução de ruas e vias de acesso. Casas desabaram e outras tantas foram interditadas e ainda guardam o laudo da Defesa Civil. As pessoas perderam móveis, alimentos e utensílios domésticos. Segundo informações colhidas no local, o Plano de Defesa Civil, existente desde 1998, só foi posto em ação quando a calamidade estava instalada. Essa ineficiência da Prefeitura de Blumenau prejudicou Itajaí e outras cidades da região, que dependiam de um alerta de Blumenau para evacuar as áreas de alagamento.

Blumenau © Gilmar de Souza/RBS



Somente quando as águas atingiram o nível de 11 metros, a Prefeitura começou a tomar providências e admitiu a gravidade das cheias. Veja outras informações nos quadros-resumos do diagnóstico inicial feito pelo projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí.⁷

	Blumenau – Tabela 1: Principais problemas
Abastecimento de água	 Rompimento da principal estação de tratamento de água. Interrupção do abastecimento de água por cerca de uma semana.
Fornecimento de uz elétrica	 Queda de pontes de sustentação dos condutores de energia. Interrupção do fornecimento em vários pontos da cidade por cerca de uma semana.
Aluguéis/áreas de ocupação	 Numero significativo de pessoas vivendo em áreas de risco e ocupação. Em virtude da falta de atendimento humanizado nos abrigos municipais, um grupo denominado Movimento dos Atingidos pelo Desastre ocupou uma área pública e ainda permanece no local.
Áreas isoladas	Na região sul da cidade, bairro Garcia.
Casas nterditadas	 A cidade ainda conta com número significativo de casas interditadas que aguardam laudo da Defesa Civil. Houve liberação de residências por parte da Defesa Civil sem o devido laudo.
Número de abrigos	 Na época da catástrofe, a cidade contava com cerca de 50 abrigos. Atualmente, a cidade conta com seis moradias provisórias e coletivas.
Condições de abrigamento	 No auge da tragédia, não se tinha informação do local onde ficavam os abrigos. Instalações precárias e falta de respeito ao ser humano. Falta de preservação da intimidade das famílias. Intimidação e violação do direito de ir e vir. Identificação das pessoas abrigadas por meio de pulseiras, gerando constrangimento durante os primeiros meses de abrigamento.
Desemprego	 Aumentou o número de pessoas desempregadas, e a cidade levou cerca de dois meses para retornar à normalidade, mesmo assim parcialmente. Houve ameaça de perda do emprego, caso as pessoas atingidas participassem de reuniões de mobilização e reivindicação nos abrigos.
Corrupção/má Jestão	 A Prefeitura não mobilizou servidores(as) públicos(as) durante o desastre. Não houve cadastro unificado das pessoas atingidas nos abrigos. Cerca de quatro toneladas de alimentos foram depositadas no aterro sanitário da cidade de Brusque. Houve roubo de donativos na Vila Germânica e donativos novos não foram repassados, além ocorrer repasse para cidades que não foram atingidas. Benefícios na política de assistência foram substituídos por cestas básicas doadas. Entrega de gêneros alimentícios fora da validade. A Prefeitura cancelou repasse para as entidades assistenciais. Falta de continuidade da política de Defesa Civil. Falta de diálogo da Prefeitura com os movimentos sociais, em especial com o Movimento dos Atingidos pelo Desastre Fatos de corrupção estão sendo investigados pelo Ministério Público. Há lacunas na prestação de contas quanto aos recursos liberados pelo governo federal. Indefinição quanto aos prazos de construção de novas moradias e de definição de uma política habitacional. A falta de políticas voltadas às pessoas atingidas causa constrangimentos e situação vexatória às famílias atingidas diante da imprensa.
Inidades de nternação	Alagamento do Presídio Regional de Blumenau.

^{7.} Os diagnósticos completos podem ser solicitados pelo e-mail <abong@abong.org.br> ou consultados no site <www.centrodireitoshumanos.org.br>.

Blumenau — Ta	bela 2: Acesso ao atendimento emergencial e de saúde
Doações em dinheiro	• Não houve.
Doações de roupas/cobertores	Foram doados apenas cobertores e roupas usadas.
Doações de alimentos	Com dificuldades, foram distribuídos alimentos.
Doações de remédios	Não houve.
Doações de material de higiene	Houve doações, mas com dificuldades.
V acinações	Não houve.
Atendimento de saúde e contra doenças decorrentes da enchente	Atendimento precário.
Atendimento educacional	 Atraso no início do ano letivo em consequência dos abrigos sediados nas escolas.
Aspectos psicológicos das pessoas abrigadas	 Não houve continuidade no atendimento psicológico. Prejuízos significativos à saúde mental com incidência de ideação suicida e suicídio, síndrome do pânico pós-traumático, quadros de humor deprimido.

Blumena	u — Tabela 3: Acesso às políticas de atendimento
Recursos para aluguel	Auxílio-reação ⁸ administrado de forma precária.
Recursos para material de reconstrução	Não houve.
Liberação do FGTS	Houve de forma imediata.
Financiamentos	Não está óbvia a política de financiamentos.
Obras em áreas de deslizamento	Não houve.
Obras viárias	Não houve.
Recuperação de áreas/prédios públicos	Houve apenas no centro da cidade.
Políticas municipais de proteção social	Redução e substituição por donativos.
Medidas de prevenção	Não houve.

^{8.} Criado pelo Decreto nº 1.940 de 3/12/2008, o auxílio-reação foi instituído pelo governo do Estado de Santa Catarina para combater a situação de emergência, com previsão de recursos destinados aos municípios para a reconstrução dos danos causados pelas cheias de novembro de 2008.

Comissão Externa de Acompanhamento da Tragédia Climática de SC	 Formada pelos 16 deputados da bancada federal catarinense no Congresso Nacional, criada em 26/11/2008. Grupo de trabalho ligado à Universidade Regional de Blumenau.
	Fórum de Solidariedade aos Atingidos/Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
Defesa Civil	Não atuou com eficácia.
Programa Reação	Governo do estado com dificuldades na sua gestão.
Sociedade civil	 Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Fórum dos Movimentos Sociais e Movimento dos Atingidos pelo Desastre.
Órgãos institucionais de denúncias	CDH de Blumenau e Ministério Público.

CAMBORIÚ



Camboriú © Marcos Porto/RBS

O município de Camboriú foi instalado em 15 de janeiro de 1885, quando se desmembrou de Itajaí. A pequena cidade de pouco mais de 37 mil habitantes tem como atividade agrícola predominante o cultivo de arroz irrigado, mas também desenvolve plantações de pínus e eucalipto para o setor madeireiro. Em novembro de 2008, foram 15 mil pessoas atingidas, 1,8 mil desalojadas e 6 mil desabrigadas. Em quase todos os bairros, houve deslizamentos e alagamentos, tanto na área urbana como nas comunidades rurais. Não houve óbito.

Houve muita dificuldade na coleta de dados em Camboriú, pois as informações estavam concentradas em apenas uma pessoa da Defesa Civil. As informações não estavam sistematizadas, existindo grande dificuldade de acesso a dados que possibilitassem uma avaliação eficaz dos prejuízos no município. Vale ressaltar que o município não conta com entidades independentes de organização social.

	Camboriú — Tabela 1: Principais problemas
Abastecimento de água	Problemas em diversos pontos.
Fornecimento de luz elétrica	Em algumas comunidades rurais mais distantes, houvé queda de energia por uma semana.
Aluguéis/áreas de ocupação	• 50 famílias recebem o auxílio-reação.
Áreas isoladas	Não informado.
Casas interditadas	• 70 casas (já liberadas).
Número de abrigos	Não informado.
Condições de abrigamento	• Não informado.
Desemprego	Não informado.
Corrupção/má gestão	Sem informações precisas.
Unidades de internação	Não informado.
Camboriú – Ta	abela 2: Acesso ao atendimento emergencial e de saúde
Doações em dinheiro	Não informado.
Doações de roupas/cobertores	 Houve doação de roupas e calçados, em maior escala; cobertores e colchões eram poucos para tanta procura.
Doações de alimentos	Não há o número exato de doações, pois muitas eram deixadas diretamente em igrejas, que se encarregavam da distribuição.
Doações de remédios	Foram recebidos e encaminhados aos locais de atendimento.
Doações de material de higiene	Houve doação, mas não foi informada a quantidade exata.
Vacinações	Foram realizadas para prevenções.
Atendimento de saúde e contra doenças decorrentes da enchente	Não informado.
Atendimento educacional	Não informado.
Aspectos psicológicos das pessoas abrigadas	Não informado.

Camboriú	– Tabela 3: Acesso às políticas de atendimento
Recursos para aluguel	Auxílio-reação.
Recu r sos para material de reconstrução	 O município está recebendo auxílio-reação para 50 famílias. Está prevista a reconstrução de 34 casas do Projeto Ressoar, uma iniciativa da Rede Record de Televisão, cabendo ao município a doação do terreno. Outras 18 casas serão reconstruídas pela Cohab com recursos oriundos da Arábia Saudita.
Liberação do FGTS	Foi liberado.
Financiamentos	Não informado.
Obras em áreas de deslizamento	 Em locais onde houve os maiores deslizamentos, as obras foram realizadas ou estão sendo concluídas. No entanto, em locais onde o risco não é tão evidente, nada está sendo feito.
Obras viárias	 Na área urbana, foram realizadas as obras, mas nas comunidades rurai ainda há muito por fazer, em especial reconstrução de pontes, bueiros, encostas de morros e recuperação de locais próximos aos rios onde houve deslizamentos.
Recuperação de áreas/prédios públicos	Não informado.
Políticas municipais de proteção social	Não possui.
Medidas de prevenção	Buscam equipar e melhorar a Defesa Civil, mas há nada de concreto.

Comissão Externa de Acompanhamento da Tragédia Climática de SC	 Formada pelos 16 deputados da bancada federal catarinense no Congresso Nacional, criada em 26/11/2008.
Defesa Civil	 Não possui estrutura; só há uma pessoa para coordenar os trabalhos relacionados à tragédia.
Programa Reação	Governo do estado.
Sociedade Civil	Não está organizada.
Órgãos institucionais de denúncias	Não possui.

ITAJAÍ

Itajaí © Flávio Neves/RBS



Ginásios de esportes, escolas e salões paroquiais serviram como abrigos. Apesar da regularidade com que a cidade é assolada por enchentes, não houve estrutura para atendimento emergencial da população.

O significado do nome Itajaí é "rio que corre sobre as pedras", uma espécie de alerta que não foi seguido pela administração pública. Com 170 mil habitantes, a cidade sofreu um grande impacto com as enchentes de 2008: 138 mil pessoas atingidas, 50 mil desabrigadas, 8 mil desalojadas. Duas pessoas morreram.

Cerca de 90% do município ficou encoberto pelas águas dos rios Itajaí-mirim e Itajaí-açu. Somente ficaram de fora as localidades Praia Brava, Cabeçudas, Fazenda, parte do São João e pequena parte de Cordeiros. Houve deslizamentos nas encostas, dos morros nos bairros da Fazenda, no Morro do Bentivi e Loteamento Padre Jacó, no morro Nossa Senhora das Graças em diversos pontos, Espinheiros, comunidades rurais do Brilhante, Campeche, Limoeiro e na extensão da Rodovia Antônio Heil entre Itajaí e Brusque.

O Porto de Itajaí foi um dos locais mais atingidos, ocasionando a perda de 300 empregos diretos, além dos indiretos em todo o município. Atualmente, o porto ainda opera parcialmente e navios de grande calado não podem atracar na cidade.



A cheia atingiu 25 creches, cinco Centros de Atendimento à Saúde, dois Centros de Múltiplo Uso (atendimento a pessoas idosas), sete Centros de Referência à Mulher e dois Centros de Referência da Assistência Social. Vale do Itajaí © Patrick Rodrigues/RBS

A cidade serviu de base para recebimento de doações para nove municípios atingidos. O Centro de Eventos era o ponto focal aonde tudo chegava e a partir do qual se realizava a distribuição. Foram recebidas mais de 250 toneladas de alimento e montados oito pontos de distribuição para a população que não se encontrava nos abrigos.

A Prefeitura contratou, sem licitação, uma empresa por R\$ 120 mil para organizar a arrumação das roupas doadas. O governo municipal informou que a quantia foi reduzida para R\$ 60 mil, sem comprovar tal afirmação. Houve também má gestão quando o município decidiu enterrar, em um terreno particular, parte das roupas doadas que estavam em péssimas condições de uso. A Câmara de Vereadores, por meio da oposição, encaminhou o pedido de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), mas o governo conseguiu impedir sua instalação. Doações de roupas excedentes foram enviadas para o Piauí pelo governo municipal.

	Itajai – Tabela 1: Principais problemas
Abastecimento de água	 Houve dificuldades para operar a estação de tratamento. Outra dificuldade era o transporte: além dos poucos caminhões-pipa existentes, havia locais inacessíveis em virtude do grande volume de água nas vias.
Fornecimento de luz elétrica	 Nos bairros mais atingidos, a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), por medida de segurança, desligou a rede de fornecimento. Queda efetiva e outros problemas de falta de energia ocorreram na comunidade rural Brilhante II.
Aluguéis/áreas de ocupação	 50 casas foram alugadas, mas alguns contratos já expiraram. As pessoas desalojadas têm realizado diversas manifestações com o intuito de que poder público não as desampare.
Áreas isoladas	 Comunidades rurais mais distantes ficaram isoladas e ainda estão com problemas na reconstrução de pontes e pontilhões, como o Campeche e o Brilhante II.
Casas interditadas	76 casas foram interditadas após as cheias; muitas ainda estão interditadas.
Número de abrigos	 Eram 37 abrigos, mas, com a subida das águas, cinco deixaram de funcionar, ocasionando a transferência das pessoas desabrigadas para outros locais mais seguros. Atualmente, não existem mais pessoas abrigadas.
Condições de abrigamento	 Na maioria, as condições eram precárias. A estrutura não suportava o número de pessoas e o espaço em si era reduzido. Foram utilizados como abrigos ginásios de esportes, escolas, salões paroquiais e de sociedade.
Desemprego	 O porto foi o local mais atingido e onde se contabilizou o maior número de pessoas desempregadas: foram perdidos mais de 300 empregos diretos, além dos indiretos em todo o município.
Corrupção/má gestão	 A Prefeitura contratou, sem licitação, uma empresa por R\$ 120 mil para organizar a arrumação das roupas doadas. O governo municipal informou que essa quantia foi reduzida para R\$ 60 mil, sem comprovar tal afirmação.
Unidades de internação	 O Centro Integrado Prisional (CIP) foi atingido, mas logo retornou à normalidade. O presídio não foi atingido, mas ficou sem abastecimento de água no período da enchente.

Itajai – Tabela	2: Acesso ao atendimento emergencial e de saúde
Doações em dinheiro	O Ministério da Integração Nacional doou R\$ 100 mil.
Doações de roupas/cobertores	 Houve doações em excesso, os locais não estavam preparados para guardar tantas doações, principalmente de roupas e calçados. Cobertores e colchões chegaram em quantidade menor, mas foram bem distribuídos.
Doações de alimentos	O município era base para recebimento de doações para nove municípios atingidos. O Centro de Eventos era o quartel-general aonde tudo chegava e por meio do qual se realizava a distribuição. Em alimentos, foram recebidas mais de 250 toneladas. A população que não se encontrava nos abrigos contou com oito pontos de distribuição criados para tal fim.
Doações de remédios	Muito material foi recebido, mas não há o número em peso.
Doações de material de higiene	Mais de 20 toneladas de material de higiene chegaram ao município.
Vacinações	 Realizaram-se vacinações preventivas em todos os 37 abrigos e nos centros de saúde em funcionamento. Também havia equipes percorrendo várias localidades mais distantes.
Atendimento de saúde e contra doenças decorrentes da enchente	 Atendimentos foram realizados em dois centros de saúde 24 horas e também nos abrigos. O novo governo, prevendo a queda de arrecadação, reduziu drasticamente a estrutura de atendimento à saúde existente.
Atendimento educacional	O atendimento à educação foi interrompido em algumas escolas, pois muitas estavam ocupadas pelas pessoas desabrigadas. Além disso, outras escolas foram destruídas, prejudicando o ano letivo para um grande número de crianças. O início das aulas em 2009 também ficou prejudicado, pelo fato de muitas escolas estarem sem condições de uso e pelos atrasos na recuperação dos prédios. Algumas escolas realizaram suas atividades em salões paroquiais.
Aspectos psicológicos das pessoas abrigadas	O momento era de desespero para muitas pessoas, pois não sabiam se as casas e seus pertences estariam no local quando retornassem. Criouse, então, um clima de guerra, no qual cada um queria se salvar, sem se preocupar com o bem-estar do outro. A mídia (TV Record) incitou as pessoas a realizarem arrombamentos, gerando um grande clima de individualidade.

lta	jaí – Tabela 3: Acesso às políticas de atendimento
Recursos para aluguel	217 famílias estão cadastradas no auxílio-reação.
Recursos para material de reconstrução	 Casas foram reconstruídas por meio de iniciativas próprias ou de mutirões com as diversas entidades, universidades, igrejas etc. O governo que ficou no poder até dezembro de 2008 tinha diversos projetos habitacionais para o município em andamento e, no momento, estão quase todos paralisados. Quanto ao porto, a recuperação caminha a passos lentos.
Liberação do FGTS	Liberado para todos os moradores e moradoras do município.
Financiamentos	Não houve.
Obras em áreas de deslizamento	Em locais mais afetados e em rodovias, obras foram realizadas, mas nas encostas com moradias próximas nada foi feito.
Obras viárias	 Foram realizadas as obras nas rodovias. No perímetro urbano, realizou-se apenas o famoso tapa-buraco no asfalto, troca de lajotas em determinadas ruas e uma limpeza das bocas-de-lobo. Os esgotos se encontram assoreados, pois basta chover um pouco mais forte para que as ruas fiquem todas alagadas novamente.
Políticas municipais de proteção social	Não existem.
Medidas de prevenção	 A Prefeitura está discutindo como equipar melhor a Defesa Civil, por meio de exemplos encontrados nos Estados Unidos, mas até agora nada foi realizado de concreto. O prefeito nomeou um militar para a chefia da Defesa Civil.

	5 1 1 10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
Comissão Externa de Acompanhamento da Tragédia Climática de SC	 Formada pelos 16 deputados da bancada federal catarinense no Congresso Nacional, criada em 26/11/2008.
Defesa Civil	 Existe uma diretoria com três funcionários e o órgão dispõe de uma caminhonete.
Programa Reação	• Governo do estado.
Sociedade civil	Não estava organizada, mobilizou-se apenas no momento da calamidade:
Órgãos institucionais de denúncias	Ministério Público.

ITAPOÁ



Itapoá © Arquivo CDH Maria da Graça Bráz

Com cerca de 10 mil habitantes, à época das enchentes, esse balneário teve 80% de sua população atingida pelo desastre que tomou o Vale do Itajaí. Das 130 famílias desabrigadas, 12 permanecem nessa situação, todas com um perfil de baixa renda socioeconômica. Ocorreram deslizamentos na Estrada da Serrinha, que faz a ligação da região com a Serra Catarinense, provocando interdição do local por alguns dias. Houve falta provisória de energia elétrica e de água, e a cidade ficou isolada por três dias. Isso levou à decretação de estado de calamidade pública, o que permanece, a pedido do município.

Ficaram alagados os bairros São José, Samambaia, Cambiju, Rainha, Barra do Say e Portelinha. Durante o período das cheias, as seguintes entidades se mobilizaram: Associação Comunitária Itapema do Norte (Acoin), Rotary Club, Igreja Católica, Igreja Luterana e Assembleia de Deus. Mesmo sem apoio institucional, a comunidade continua se reunindo para debater seus problemas.



Não há nenhuma iniciativa da Prefeitura para estruturar a Defesa Civil. A comunidade procura se reunir, mas não há retorno.

Itapoá © Arquivo CDH Maria da Graça Bráz

	Itapoá – Tabela 1: Principais problemas
Abastecimento de água	Falta provisória.
Fornecimento de luz elétrica	Falta provisória.
Aluguéis/áreas de ocupação	Cerca de 60 famílias foram encaminhadas para casas de aluguel em novembro de 2008, atualmente há apenas 12 famílias. O município não acessou o auxílio-reação
Áreas isoladas	A cidade ficou isolada por cerca de três dias.
Casas interditadas	Foram interditadas 35 casas, das quais 12 assim permanecem.
Número de abrigos	 Foi criado um abrigo em Barra do Say e improvisado um outro no Ginásio de Esportes de Itapoá. Não há mais pessoas abrigadas.
Condições de abrigamento	Regular.
Desemprego	 Condições de desemprego provisórias para trabalhadores da construção civil e pescadores. Atualmente a situação de emprego está regularizada. regularizado.
Corrupção/má gestão	Sumiço de roupas doadas.
	Registro de dois boletins de ocorrência por furto de doações.
	 Arrombamento no ginásio de esporte onde as doações estavam armazenadas, decorrentes das restrições decretadas pela Prefeitura Municipal.
	 Reforma de cinco postos de saúde (não atingidos) com recursos do governo do estado, sendo que a Câmara de Vereadores levanta documentos sobre o caso para ação judicial contra o município.
	 Decretado estado de calamidade pública em virtude do isolamento temporário da cidade, que permanece, tendo sido pedida a sua prorrogação por parte do município
Jnidades de internação	Não foram atingidas.

ltapoá – Tabela 2: Acesso ao atendimento emergencial e de saúde		
Doações em dinheiro	O governo do estado doou R\$ 375 mil, que foram destinados às reformas de postos de saúde.	
Doações de roupas/cobertores	Recebidos em volume muito maior do que o necessário.	
Doações de alimentos	 Foram suficientes para o atendimento. O benefício foi estendido aos pescadores e trabalhadores da construção civil em virtude da condição de impossibilidade de trabalho. 	
Doações de remédios	Atendimento na emergência pelo governo de estado.	
Doações de material de higiene	Recebidos do governo e da população.	
Vacinações	Não houve.	
Atendimento de saúde e contra doenças decorrentes da enchente	Houve visitas da Vigilância Epidemiológica do governo do Paraná, em parceria com SC, e nada foi registrado.	
Atendimento educacional	Suspenso apenas no período de enchentes.	
Aspectos psicológicos das pessoas abrigadas	 Com relação às pessoas abrigadas e à população em geral, o desânimo é grande, bem como a falta de credibilidade em medidas que possam solucionar os problemas O povo não acredita nas promessas, o estado de ânimo é negativo. 	

ltapoá -	- Tabela 3: Acesso às políticas de atendimento
Recursos para aluguel	O auxílio-reação não foi implementado no município.
Recursos para material de reconstrução	• Inexistentes.
iberação do FGTS	Toda a população foi beneficiada.
inanciamentos	Inexistentes.
Obras em áreas de deslizamento	Recuperação do asfalto.
Obras viárias	Foram realizados 66 quilômetros de recuperação.
decuperação de áreas/prédios públicos	Não houve.
Políticas municipais de proteção social	• Não existe.
Nedidas de prevenção	Não há nenhuma iniciativa da Prefeitura para estruturar a Defesa Civil. A comunidade procura se reunir, mas não há retorno.
Itapoá – Tabela 4:	Comitês municipais, parceiros ou entidades de controle
Comissão Externa de Acompanhamento da Tragédia Climática de SC	Formada pelos 16 deputados da bancada federal catarinense no Congresso Nacional, criada em 26/11/2008.
Defesa Civil	Existe com 12 ou 15 membros, sem atuação.
Programa Reação	Não foi implantado no município.
Sociedade civil	 Durante o período das cheias, foram mobilizadas as seguintes entidades: Associação Comunitária Itapema do Norte (Acoin), Rotary Club, Igreja Católica, Igreja Luterana e Assembleia de Deus.
Orgãos institucionais de denúncias	Ministério Público.

JARAGUÁ DO SUL



Jaraguá do Sul © Luciano Moraes/RBS

Colonizada por imigrantes da Hungria, Polônia, Itália e, principalmente, da Alemanha, a cidade de Jaraguá do Sul tem no turismo uma de suas principais atrações. Com 136.282 mil habitantes, o número de pessoas atingidas pelas enchentes de novembro de 2008 chegou a 38 mil. Além disso, 1.791 foram desalojadas e 95 famílias ficaram desabrigadas. Houve 13 mortes. O perfil das vítimas da tragédia em geral era de baixa renda (até três salários mínimos).

Por toda a cidade, houve deslizamentos e alagamentos. Em agosto de 2009, ainda havia 400 pessoas desalojadas. O déficit habitacional é de 125 moradias. O município necessita de R\$ 8 milhões para obras de prevenção, recuperação e dragagem dos rios.

Os deslizamentos ocorreram em áreas que nunca haviam sido cogitadas, destruindo e/ou danificando casas, comércios e indústrias, nos bairros Barra do Rio Cerro, Czerniewicz, Chico de Paulo, Centro, Ilha da Figueira, Vila Nova, Barra do Rio Molha, Vila Lalau, Centenário João Pessoa, Jaraguá Esquerdo, Ribeirão Grande da Luz e Jaraguazinho. Os alagamentos ocorreram tanto na área urbana como na área rural.

ل	araguá do Sul — Tabela 1: Principais problemas
Abastecimento de água	Comprometido somente durante o período mais crítico das chuvas.
Fornecimento de luz elétrica	 Onde houve deslizamentos, foram destruídos 21 mil metros de cabos, deixando 903 residências consumidoras (cerca de 4,5 mil pessoas) sem energia elétrica por mais de 15 dias.
Aluguéis/áreas de ocupação	Não há essa informação.
Áreas isoladas	 Seis bairros ficaram isolados: Barra do Rio Cerro, Rio Molha, Jaraguá 84, Rio da Luz, Garibaldi e Parque Malwee.
Casas interditadas	 Na época foram interditadas, emergencialmente, cerca de 300 unidades. Permanecem interditadas 80 unidades.
Número de abrigos	 Cerca de dez abrigos provisórios, incluindo ginásios, escolas, salões de comunidades etc.
Condições de abrigamento	 As pessoas desabrigadas foram encaminhadas para ginásios de esportes e escolas públicas, sem infraestrutura adequada para abrigá-las razoavelmente.
Desemprego	Os efeitos das chuvas não provocaram desempregos.
Corrupção/má gestão	 Há relatos de desvios das doações em ações isoladas de algumas pessoas voluntárias na época. A má gestão deu-se pela falta de definição dos poderes públicos quanto ao planejamento e gerenciamento das doações, o que propiciou as ações isoladas das pessoas voluntárias envolvidas na distribuição e controle.
Unidades de internação	Não há essa informação.

Jaraguá do Sul –	Tabela 2: Acesso ao atendimento emergencial e de saúde
Doações em dinheiro	O Instituto Ressoar, da Rede Record, doou 30 casas.
Doações roupas/cobertores	 Houve doações vindas de todo o país, porém não se teve um controle preciso. O que se tem relatado é a redistribuição das doações excedentes a outros municípios atingidos, mas não há registro oficial desse fato.
Doações de alimentos	Não há essa informação.
Doações de remédios	Apenas durante o período das cheias.
Doações de material de higiene	 Materiais de higiene e limpeza foram distribuídos de maneira a atender às necessidades naquele momento, sendo inclusive entregues para a população fazer a limpeza de suas casas após a enchente.
Vacinações	Não houve necessidade.
Atendimento de saúde e contra doenças decorrentes da enchente	Foram utilizadas estruturas públicas existentes.
Atendimento educacional	 As aulas foram suspensas durante o período das chuvas e durante o retorno da população às suas casas.
Aspectos psicológicos das pessoas abrigadas	Não houve ação do estado ou do município voltada a este tópico.

Jaraguá i	do Sul — Tabela 3: Acesso às políticas de atendimento
Recursos para aluguel	R\$ 240 mil até julho de 2009 (programa auxílio-aluguel).
Recursos para material de reconstrução	R\$ 331.218,42 em cimento e materiais (Defesa Civil).
Liberação do FGTS	Foram liberados R\$ 34 milhões e atendidas 1,4 mil pessoas.
Financiamentos	 R\$ 400 mil para aquisição de terrenos (pela Cohab). Com recursos próprios da cidade: R\$ 240 mil até julho de 2009 (programa auxílio- aluguel). R\$ 5 milhões para aquisição de terrenos, terraplenagem, recuperações de vias e pontilhões.
Obras áreas de deslizamento	3,3 mil horas/máquina para terraplenagem na rua Feliciano Bortolini e no bairro Jaraguazinho.
Obras viárias	• É mantido o cronograma comum do município.
Recuperação de áreas/prédios públicos	13 obras do Deinfra (Departamento Nacional de Infraestrutura) foram mapeadas, estando quatro em andamento.
Políticas municipais de proteção social	As desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Ação Social.
Medidas de prevenção	 Avaliação dos danos em encostas e terrenos particulares, através de vistorias emissão de parecer técnico e orientação técnica à população. Contratação de consultoria geotécnica para avaliação e elaboração de laudos Elaboração de mapas de geotécnicos e de riscos de deslizamentos. Elaboração de projetos de desassoreamento de córregos para captação de recursos. Formação de um projeto de educação ambiental para alunos de 12 e 13 anos de idade. Criação de convênio da Prefeitura com o Crea-SC para a integração da fiscalização de construções.
,	 Execução de obras de correção de encostas. Retaludamento e palestras orientadoras.

Jaraguá do Sul – Tabela 4: Comitês municipais, parceiros ou entidades de controle

Comissão Externa de Acompanhamento da Tragédia Climática de SC Formada pelos 16 deputados da bancada federal catarinense no Congresso Nacional, criada em 26/11/2008.

Defesa Civil

- · Pouco estruturada.
- Ressalte-se a percepção, durante a coleta dos dados, de uma acentuada fragilidade nos órgãos de Defesa Civil do município, tanto na constituição desse órgão como na estrutura prática, deixando transparecer que a Defesa Civil só é lembrada quando há acontecimentos trágicos, prejudicando sensivelmente sua atuação.

Programa Reação

· Governo do Estado.

Sociedade Civil

· Centro de Direitos Humanos.

Órgãos institucionais de denúncias

· Ministério Público.

Jaraguá do Sul © Lucio Sassi/RBS

Jaraguá do Sul © João Batista Martins/CDH de Jaraguá do Sul



JOINVILLE



Joinville © Fabrizio Motta/RBS

Joinville © Salmo Duarre/RBS

Em Joinville, o número de deslizamentos foi muito grande, deixando muitas famílias desalojadas, numa reação ambiental inédita, pois o habitual era ocorrerem cheias, e não deslizamentos.

A maior cidade da região, com 500 mil habitantes, teve 83 casas inteiramente destruídas e 207 com perda parcial. A tragédia atingiu 12 mil pessoas diretamente. Não houve óbitos registrados, mas ainda há uma pessoa desaparecida. Até maio de 2009, ainda havia 332 famílias desalojadas. Foram 830 deslizamentos, por toda a cidade, e alagamentos especialmente nas áreas de periferias e mangues.

Houve muita perda de móveis, roupas e pertences pessoais, pois a cidade foi atingida por diversas vezes, num mesmo período, pelas cheias. As pessoas retornaram para as casas, adquiriram bens e recuperaram as casas, mas voltaram a ser atingidas por novas cheias. Por essa razão, houve muito desespero.

Durante a tragédia, 356 casas chegaram a ser interditadas. Entre os residentes em áreas habitualmente castigadas por cheias, 42% possuem renda de até um salário mínimo e 47% têm renda de até três salários. No caso das casas interditadas, a Defesa Civil alega que não pode intervir pois se trata de propriedades particulares.

Também em Joinville, as medidas de prevenção inexistem. O problema das enchentes é grave e de sérias proporções e perdura há décadas. Moradores e moradoras do centro da cidade e as populações periféricas são os mais atingidos.

Nenhuma precaução séria está sendo tomada. Se as cheias ocorrerem novamente, mesmo que em volume de água menor, os estragos deverão ser tão grandes ou maiores, dado o esgotamento do solo no município.

Joinville © Fabrizio Motta/RBS



O centro da cidade de Joinville é periodicamente atingido por cheias, prejudicando o comércio, o sistema de transportes e os bairros de periferias.

O rio Cachoeira, que corta a cidade, encontra com a maré e enche regularmente.

Nenhuma obra de contenção é feita para minimizar o problema.

	Joinville – Tabela 1: Principais problemas
Abastecimento de água	Problemas somente no péríodo das enchentes.
Fornecimento de luz elétrica	Problemas em pequena escala.
Aluguéis/áreas de ocupação	Contabilizaram-se 83 casas com destruição total e 207 casas com destruição parcial.
Áreas isoladas	Atualmente não existem áreas isoladas.
Casas interditadas	 Foram 356 casas interditadas. A maioria continua nessa situação, sem que as pessoas tenham condições de recuperarem as casas. A Defesa Civil alega que não pode intervir por tratar-se de propriedade particular. Problemas no Morro do Meio, Jardim Sofia e Itaum, entre outros.
Número de abrigos	Existiram 18 abrigos, que estavam ativos somente no período emergencial.
Condições de abrigamento	Regulares, mas sem estrutura adequada para atender calamidade de tão grande gravidade.
Desemprego	O desemprego existe fortemente em Joinville, na área da indústria, mas não em decorrência das enchentes.
Corrupção/má gestão	Os bairros mais castigados por cheias sucessivas são o Morro do Meio e o Jardim Paraíso, por falta de soluções por parte do poder público.
	 O desvio de roupas realizado por alguns voluntários foi notícia em âmbito nacional.
Unidades de internação	Não foram atingidas.

Joinville – Tabe	la 2: Acesso ao atendimento emergencial e de saúde
Doações em dinheiro	Não há informações.
Doações de roupas/cobertores	 Muita doação excedente, mas não existe controle atualmente por parte da Secretaria de Assistência Social. Com a mudança de governo, os dados se perderam ou não foram registrados.
Doações de alimentos	Não existem excedentes.
Doações de remédios	Somente durante o período das enchentes.
Doações de material de higiene	Houve muita doação, bem como de água potável.
Vacinações	Sem problemas epidemiológicos.
Atendimento de saúde e contra doenças decorrentes da enchente	O atendimento foi feito regularmente pelas unidades de saúde do município
Atendimento educacional	Ficou suspenso temporariamente somente no período das cheias.
Aspectos psicológicos das pessoas abrigadas	 O abrigamento realizou-se em escolas, igrejas e galpões. A população foi submetida a condições muito precárias, com muitas reclamações e um clima de desespero, especialmente para quem perdeu seus pertences por sucessivas vezes.

Joinville	– Tabela 3: Acesso às políticas de atendimento
Recursos para aluguel	 Concedidos cerca de R\$ 446,00 por família, sob a responsabilidade apenas do município. Muitas famílias ainda não podem retornar para suas casas e dependem da prorrogação desse benefício.
Recursos para material de reconstrução	 As obras de reconstrução e os recursos destinados ainda estão apenas no planejamento. As pessoas estão recuperando o que é possível em regime de mutirão, sem muitas alternativas.
Liberação do FGTS	Foram beneficiadas 5,9 mil pessoas, num total de R\$ 43 milhões, até o momento. O processo de liberação na CEF é lento, mas funciona.
Financiamentos	 Ainda em fase de planejamento por meio da Secretaria de Habitação, que prevê: melhorias habitacionais para a Defesa Civil de R\$ 264 mil e Casas da Cohab (120 unidades por R\$ 2,16 milhões), totalizando pouco mais de R\$ 2,4 milhões.
Obras em áreas de deslizamento ·	 Até o momento, apenas as obras de limpeza e emergenciais foram feitas. As casas afetadas pelos deslizamentos ainda continuam interditadas.
Obras viárias	 Realizadas especialmente no centro da cidade e em trajetos de uso de transporte urbano coletivo.
Recuperação de áreas/prédios públicos	Encaminhadas.
Políticas municipais de proteção social	 Todas as políticas permanentes de atendimento foram mantidas pela Secretaria de Assistência Social.
Medidas de prevenção	Não existem.

Joinville – Tabela 4: Comitês municipais, parceiros ou entidades de controle	
Comissão Externa de Acompanhamento da Tragédia Climática de SC	Formada pelos 16 deputados da bancada federal catarinense no Congresso Nacional, criada em 26/11/2008.
Defesa Civil	 Existe no município, com estrutura mínima, que até este momento não foi ampliada. Existe projeto de ampliação, mas sem dotação orçamentária.
Programa Reação	Governo do estado.
Sociedade civil	 Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinville, sem outras organizações dedicadas ao monitoramente desse tipo de política pública
Órgãos institucionais de denúncias	Ministério Público.

LUIZ ALVES



Luiz Alves © Gilmar de Souza/RBS



As pessoas que residiam nos morros sofreram com deslizamentos. Nas áreas mais baixas, a população sofreu com os alagamentos. Nem mesmo a cultura escapou: foram destruídas 95 peças de arte em todo o município.

A colônia Luiz Alves surgiu em 1877. Pouco tempo depois, em 1880, a população já havia enfrentado uma grande enchente, com a morte de 25 pessoas. Atualmente, com pouco mais de 9,3 mil habitantes, pode-se afirmar que toda a população foi atingida pelas enchentes de novembro de 2008. Ficaram desalojadas 553 pessoas, e 150 famílias ainda estão fora de suas casas, vivendo de aluguel, por meio do auxílio-reação, ou em casas de parentes. Morreram 11 pessoas.

Foram mais de 30 deslizamentos. Os mais impactantes ocorreram nas comunidades do Serafim, Rio do Peixe e Braço Joaquim. A geografia acidentada da região também facilitou a ocorrência de alagamentos.

Entre os graves problemas que atingiram essa região, o fornecimento de energia elétrica foi dos mais emblemáticos: a comunidade Serafim ficou mais de 30 dias sem luz. As aulas ficaram suspensas por dois meses. Entre os muitos relatos apavorados, algumas pessoas disseram ter sido como o fim do mundo. Moradores e moradoras estavam muito abalados e chocados.

Luiz Alves – Tabela 1: Principais problemas	
Abastecimento de água	Houve problemas em 200 moradias.
Fornecimento de luz elétrica	 Muito afetada, em virtude da queda de centenas de pontes. A Celesc precisou "puxar uma rede" da cidade de Navegantes, pois a rede usual, que vinha de Blumenau, não tinha como ser religada.
Aluguéis/áreas de ocupação	150 famílias moram de aluguel, por meio auxílio-reação.
Áreas isoladas	 Foram várias as áreas isoladas por causa dos deslizamentos, alagamentos, queda de árvores e postes. Houve grande prejuízo ao sistema de abastecimento de gás do sul do país. Os reparos foram feitos pela companhia de gás, mas houve ação judicial para apurar responsabilidades, em virtude do risco ao qual a população foi submetida por conta do rompimento de tubulações de gás.
Casas interditadas	79 casas foram destruídas totalmente e 200 de forma parcial.
Número de abrigos	Seis abrigos localizados em igrejas, escolas e salões.
Condições de abrigamento	Nos locais de abrigamento, não havia infraestrutura para acomodar tanta pessoas ao mesmo tempo.
Desemprego	 O desemprego ocorreu entre os trabalhadores avulsos, principalmente nos bananais. Não há números, mas a maioria que trabalha no setor foi dispensada.
Corrupção/má gestão	Até o momento, não houve nenhuma denúncia.
Unidades de internação	Não foram afetadas.

Luiz Alves – Tat	ela 2: Acesso ao atendimento emergencial e de saúde
Doações em dinheiro	O Ministério da Integração Nacional doou R\$ 100 mil.
Doações de roupas e cobertores	Houve muitas doações de roupas, mas cobertores e colchões eram poucos
Doações de alimentos	 Alimentação e água não faltaram nos abrigos, mas eram muitas as áreas isoladas e não havia maneira de chegar a esses locais.
Doações de remédios	Remédios foram suficientes para o atendimento. Os casos mais graves foram transferidos para Itajaí.
Doações de material de higiene	Nos abrigos, os materiais foram bem distribuídos. O maior problema foi enviá-los às áreas isoladas.
Vacinações	 As vacinações foram realizadas em todos os abrigos e no posto central de saúde.
Atendimento de saúde e contra doenças decorrentes da enchente	O número de pessoas atendidas era de 200 por dia. Diversos cuidados médicos foram realizados, entre os quais os curativos eram os mais solicitados.
Atendimento educacional	• O município tinha 2.318 alunos(as), que, por 60 dias, ficaram sem aulas.
Aspectos psicológicos das pessoas abrigadas	 Todas as pessoas queriam contar suas histórias, e muitas vezes faltava quem pudesse ouvi-las. Cada história era mais triste que a outra: havia quem contass como "escaparam da morte", outras relatavam a ação de salvamento.

Luiz Alves — Tabela 3 : Acesso às políticas de atendimento	
Recursos para aluguel	Através do auxílio-reação. No entanto, são poucas as pessoas que pagam aluguel, pois a maioria está abrigada em casas de parentes.
Recursos para material de reconstrução	 O governo federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, construirá 40 casas. Um projeto da Cohab, com apoio da Arábia Saudita, permitirá a construção de 26 casas. O município adquiriu dois imóveis para construção de 30 casas pelo Projeto Ressoar.
Liberação do FGTS	Liberado para todos os moradores e moradoras do município.
Financiamentos ,	Não informado.

Luiz Alves — Tabela 4: Comitês municipais, parceiros ou entidades de controle.	
Comissão Externa de Acompanhamento da Tragédia Climática de SC	Formada pelos 16 deputados da bancada federal catarinense no Congresso Nacional, criada em 26/11/2008.
Defesa Civil	 Embora exista uma equipe, não estava preparada. Ainda durante a catástrofe, a Prefeitura conseguiu equipá-la com carros e materiais que até então não possuíam.
Programa Reação	Governo do estado.
Sociedade civil	Não está organizada para enfrentar problemas dessa natureza. A cidade é muito pequena e não há entidades de organização social.
Órgãos institucionais de denúncias	Não possui.

Aprendizados

No dia 4 de dezembro de 2009, pouco mais de um ano após as enchentes de Santa Catarina, representantes¹ do projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí e da Oxfam GB² reuniram-se no Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz, em Joinville, para uma avaliação³ da experiência de monitoramento realizado de março a novembro de 2009.

Um dos pontos levantados foi o firme posicionamento da Igreja Católica a favor das vítimas das enchentes em Santa Catarina durante a Romaria da Terra e da Água de Santa Catarina, um evento de grande repercussão. Prova disso é que o local escolhido para sediar o acontecimento, em 2009, foi a comunidade do Braço do Baú, em Ilhota, um município do Vale do Itajaí, próximo ao litoral catarinense.

Em Itapoá, por influência do comitê municipal de monitoramento do projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí, houve a construção de um canal para diminuir as enchentes. Também foi realizada uma conferência municipal da Defesa Civil em que foram escolhidos alguns delegados e delegadas que participarão da Conferência de Defesa Civil Estadual. Apesar desse avanço, 20 famílias desalojadas ainda estão sem saber quando terão suas casas reconstruídas.

Em Itapoá, houve dificuldade em obter informação sobre as áreas de risco devido a interesses imobiliários. Havia também um desconhecimento dos direitos das famílias em casos de decretação do estado de calamidade pública pelo município.



Itapoá © Arquivo CDH Maria da Graça Bráz

^{1.} Estiveram presentes: Tania Maria Crescencio, membro do Centro de Direitos Humanos de Joinville; Dejacir Costa Pinho, padre de Itapoá; Nilson de Souza Vieira, articulador da região de Itapoá; Luiz Gustavo Assad Rupp, coordenador do Centro de Direitos Humanos de Joinville; Vilso João Felizari, articulador da região de Itajaí; João Martins, articulador da região de Jaraguá do Sul; Irma Kniess, membro do Centro de Direitos Humanos de Joinville; e Nassir Haidar Barbosa, psicólogo do Centro de Direitos Humanos de Joinville.

^{2.} Pela Oxfam, o representante foi o oficial de programa Victor Jun Arai.

^{3.} As seguintes questões foram orientadoras para essa avaliação: 1 — Breve contexto do que ocorreu após um ano das enchentes; 2 — Quais pontos positivos destacaria no monitoramento?; 3 — Quais foram as dificuldades encontradas?; 4 — Quais foram as principais fontes de informação para o monitoramento, e quais foram os êxitos e as dificuldades em relação a isso?; 5 — Como avalia o papel da mídia em relação ao ocorrido?; 6 — Acredita que a participação social tenha sido estimulada após as enchentes?; 7 — Acredita que o diálogo com os governos foi ampliado?; 8 — Em quais municípios foi possível a formação dos comitês de monitoramento e o que ocorreu onde isso não foi possível?; 9 — Faça uma pequena descrição de como está atualmente a localidade atingida.

Em Itapoá, Joinville e Brusque, grupos formados durante o monitoramento conseguiram pressionar os governos municipais para dar continuidade ao aluguel social e à construção de moradias. Em Brusque, foi feita a prevenção de novos desastres por meio da proteção de casas em encostas. Em Itajaí, uma associação de 20 moradores e moradoras cujas casas sofriam risco de desmoronamento conseguiu que a Prefeitura retirasse o barro por meio de um corte no morro para diminuir o risco de desastre por ocasião das próximas chuvas. Houve ainda a ocupação de uma área pública pelo Movimento dos Atingidos por Desastres em Blumenau, questão que foi julgada e ganha por esse movimento social.

Em Itajaí, qualquer área da cidade ainda se encontra vulnerável a futuras enchentes. Não houve continuidade na construção de moradias em conjuntos habitacionais. A troca de governo municipal dificultou a continuidade dos projetos.

Um aspecto positivo foi a busca de informação e o fluxo da informação às famílias. A população se sentiu estimulada a cobrar esclarecimentos da Defesa Civil. Em geral, as pessoas atingidas não sabiam o que podiam exigir do poder público. Mas o projeto deu voz a essa população durante as diversas reuniões dos comitês de monitoramento.

Ainda que o acesso às famílias que estavam nos abrigos não tenha sido pleno, por meio do monitoramento e do contato direto com a população atingida foi possível focalizar o problema das enchentes sob a ótica das pessoas atingidas.

Outro fator positivo do projeto foi o estímulo a uma política não assistencialista. É importante ressaltar que o mito de que não há desastres em Santa Catarina foi quebrado. O Centro de Direitos Humanos de Joinville afirma que continuará priorizando, em 2010, a atuação em relação às enchentes.

Um aspecto a ser considerado foi a dificuldade para obtenção de informação por meio das Defesas Civis seja por estarem pouco estruturadas (algumas eram compostas somente de uma ou duas pessoas), seja por falta de competência, seja por não quererem passar nenhuma informação ou mesmo por estarem desatualizadas. As Secretarias de Planejamento e Habitação passam informações segundo sua conveniência. •

Entraves

- Uma das principais dificuldades foi a fragilidade em articular um comitê estadual de monitoramento. Não há um Centro de Direitos Humanos em Florianópolis e talvez atores-chave não tenham sido articulados.
- Não houve continuidade dos comitês municipais, com exceção do comitê de Itapoá.
- · Alguns membros da equipe tiveram problemas de saúde.
- As autoridades se negaram muitas vezes a participar das reuniões por medo de cobrança.
- Alguns mobilizadores n\u00e3o foram bem selecionados, o que prejudicou o monitoramento.
- O término dos contratos de aluguel obrigou famílias a trocarem de endereços. Isso dificultou o contato com as lideranças, que ficaram espalhadas. O tempo também fez diminuir o interesse coletivo, o que aumentou o interesse individual.

Blumenau © Wilson Dias/ABr

Itapoá © Arquivo CDH Maria da Graça Bráz





Desastres, pobreza e sofrimento – por que devemos combatê-los de forma integrada?

Em todo o mundo, os desastres estão aumentando tanto em frequência como em impacto. O número total de pessoas afetadas a cada ano por desastres – isto é, de pessoas que perderam suas casas, suas colheitas, seu gado, seus meios de subsistência ou sua saúde – quase dobrou entre 1990 e 1999. Desde então, em média, 350 milhões de pessoas, majoritariamente mulheres, têm sido afetadas a cada ano.

Esses desastres não são inevitáveis. Fatores como a degradação ambiental, urbanização não planejada e mudanças climáticas globais são os que mais contribuem para o aumento da frequência e impacto dos desastres. Em outras palavras, um desastre é resultado da combinação de exposição a perigos, condições de vulnerabilidade e capacidade insuficiente de reduzir potenciais consequências negativas.

Não é coincidência que os países menos desenvolvidos sejam desproporcionalmente afetados pelos desastres e os setores mais pobres da população sejam, normalmente, os mais vulneráveis. A persistente exclusão social e econômica força homens e mulheres mais pobres a viver e trabalhar em áreas marginais mais expostas ao risco de desastres, como favelas em várzeas de rios ou áreas suscetíveis a seca e deslizamentos.

No caso de um desastre, as pessoas mais pobres têm menos capacidade de recuperação. Elas também são afetadas, indiretamente, pela perda de bens produtivos e da infraestrutura social do país. De modo geral, as famílias chefiadas por mulheres geralmente enfrentam a maior discrepância de recuperação. Nos contextos onde há uma grande incidência de HIV

e Aids, muitas famílias e comunidades esgotaram o capital social, humano e econômico e, portanto, possuem menos estratégias disponíveis para lidar com a situação. Desastres sucessivos causam um declínio progressivo na resiliência da população pobre e vulnerável.

Atualmente, existe um reconhecimento cada vez maior de que a redução do risco de desastre (RRD é a sigla que vem sendo consagrada) é essencial para a conquista do desenvolvimento sustentável. Existe também a conscientização de que a RRD é um componente prioritário de adaptação às mudanças climáticas. Para que toda a ajuda seja efetiva no longo prazo, ela tem de estar baseada em uma análise profunda do risco de desastre e, simultaneamente, incorporar medidas para reduzir a vulnerabilidade e desenvolver a resiliência diante de desastres. Isso exige uma mudança fundamental nas políticas e na arquitetura da ajuda internacional.

Mas o que é RRD? A Oxfam utiliza a definição da ONU:

O conceito e a prática de se reduzirem os riscos de desastre por meio de esforço sistemáticos para analisar e gerenciar os fatores causais dos desastres, inclusive por meio de exposição reduzida a perigos, menor vulnerabilidade das pessoas e propriedade, gestão inteligente da terra e do meio ambiente e melhor preparação para eventos adversos.²

Governos, doadores, instituições multilaterais e organizações não-governamentais já estão agindo, motivados pelo menos em parte pela evidência da eficácia em termos de custos. Em 2005, 168 países dedicaram-se a investir em RRD ao assinar o Pacto de Ação de Hyogo (veja o quadro a seguir). O Sistema da ONU delegou à UNISDR³ a coordenação de seus esforços coletivos para reduzir os riscos de desastres. Hoje, as políticas de RRD estão sendo implementadas pelo DFID,⁴ Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Européia e a IFRC,⁵ entre outros.

^{1.} Resiliência é um termo primeiramente utilizado pela física e significa a capacidade de um material voltar ao seu estado normal depois de ter sofrido uma pressão. As ciências humanas utilizam esse termo para qualificar o poder de recuperação de um indivíduo ou grupo social diante de adversidades.

^{2.} www.unisdr.org/eng/terminology-2009-eng.html

^{3.} UNISDR é a sigla em inglês de The United Nations International Strategy for Disaster Reduction.

^{4.} DFID é a sigla em inglês de Departament of International Development, o setor governamental do Reino Unido para o desenvolvimento internacional.

^{5.} IFRC é a sigla em inglês de International Federation of Red Cross, a Federação de Sociedades da Cruz Vermelha.

Pacto de Ação de Hyogo

Em 2005, na segunda Conferência Mundial sobre Redução de Desastres Naturais, em Hyogo, no Japão, 168 governos concordaram em adotar um plano de dez anos conhecido como Pacto de Ação de Hyogo. O pacto está baseado em cinco prioridades para ação:

- Garantir que a redução de risco de desastres seja uma prioridade nacional e local com uma forte base institucional para sua implementação.
- 2. Identificar, avaliar e monitorar os riscos de desastres e intensificar os alertas antecipados.
- Utilizar o conhecimento, inovação e educação para desenvolver uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis.
- 4. Reduzir os fatores de risco subjacentes.
- Fortalecer a preparação para desastres para uma resposta efetiva em todos os níveis.

Nos diversos países em que está presente, a Oxfam GB promove a ideia de que a pobreza e o sofrimento devem ser combatidos por meio do exercício de cinco direitos humanos básicos: direito a meios de vida sustentáveis; direito a serviços básicos; direito à vida e à segurança; direito a ser ouvido(a); direito à igualdade de gênero.

No Brasil, a Oxfam GB está articulando seus atuais parceiros em diferentes projetos para que a RRD seja uma ação que se estenda para além das atividades específicas de resposta humanitária e se torne uma abordagem sistemática das atividades de desenvolvimento focada na realidade local. O projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí, conforme mostrado nas páginas anteriores, é o exercício mais recente feito no país. Também estão em andamento projetos no Nordeste do país, que serão objeto de outra publicação. •

Itapoá © Arquivo CDH Maria da Graça Bráz

Joinville © Salmo Duarte/RBS



Pelo direito à sobrevivência

Ogè Léandre, 45 anos, pai de seis filhos, recorda as devastadoras enchentes no Haiti, na cidade de Gonaïves, em agosto de 2008:

"A água começou a subir e não parou...

O nível da água estava tão alto que não pude segurar uma de minhas crianças: a água a carregou. Felizmente, alguém estava perto para segurá-la. Chegamos ao topo do telhado do abrigo [contra furacões] e, após uma hora, vimos como nossa casa foi arrastada completamente."

Ogè e sua família sobreviveram às enchentes, que, em algumas áreas de Gonaïves, atingiram 3 metros de altura, cobrindo toda construção, árvore ou estrutura com água e lama. Milhares de residentes de Gonaïves perderam suas casas, seus pertences, roupas, gado, ferramentas, documentos – em outras palavras, seus abrigos, seus meios de vida, suas provas de identidade.

Desastres recorrentes em países como Haiti, muito pobres e com limitada capacidade para se preparar para situações de emergência, causam sérios atrasos ao seu desenvolvimento e tendem a tornar os pobres mais pobres e mais vulneráveis a um próximo desastre, criando um círculo vicioso.

^{1.} OXFAM INTERNATIONAL. Haiti situation "at breaking point" [Comunicado de imprensa, 8 set. 2008]. Disponível em: http://www.oxfam.org.uk/applications/blogs/pressoffice/?p=1544.

O caso de Ogè é o mesmo de centenas de milhares de pessoas na América Latina e no Caribe, regiões atingidas todos os anos por desastres. Todos os países nessas regiões são permanentemente ameaçados por diferentes tipos de perigos naturais: furações, enchentes, secas, geadas, terremotos, erupções vulcânicas e deslizamentos. Calcula-se que, entre 1970 e 2002, desastres de pequena e grande escala causaram mais de 100 mil mortes, afetaram mais de 21 milhões de pessoas e causaram US\$ 40 bilhões de prejuízos.

Para aliviar o sofrimento e diminuir as perdas, tanto humanas como materiais, as respostas às situações de emergência devem conduzir a soluções sustentáveis de longo prazo Uma pesquisa conduzida pelo relatório "Direito à Sobrevivência", lançado pela Oxfam Internacional em abril de 2009, mostra que desastres relacionados ao clima, como secas e enchentes – mais frequentes na América Latina e

no Caribe –, podem aumentar em mais de 50% em todo o planeta até 2015, afetando cerca de 375 milhões de pessoas anualmente. A perspectiva é ainda mais sinistra quando se somam os desastres não relacionados ao clima, como terremotos e erupções vulcânicas, e as consequências provocadas por conflitos.

Aliviar o sofrimento e salvar vidas de pessoas como Ogè e sua família é o mandato central da Oxfam, e as respostas às emergências deverão focar nas áreas centrais de atuação das organizações humanitárias: provisão de água potável, condições mínimas de saneamento, atividades de promoção da saúde e garantia de segurança alimentar. Entretanto, para aliviar o sofrimento e diminuir perdas, tanto humanas como materiais, as respostas às situações de emergência desde sua primeira fase (logo após a ocorrência de desastres) devem conduzir imediatamente a soluções sustentáveis de longo prazo. Isso significa que tanto os profissionais que trabalham em situações de emergências como aqueles que trabalham em projetos de desenvolvimento devem atuar juntos desde a primeira fase.

Em fevereiro de 2007, a Bolívia enfrentou as piores enchentes em 40 anos, afetando 350 mil pessoas na região de Beni, no nordeste do país. As enchentes deixaram dezenas de milhares de hectares de terra agrícola devastadas e forçaram cerca de 25 mil pessoas a abandonarem suas casas e irem para abrigos temporários. Por saber que as enchentes afetam essa área quase que anualmente, a Oxfam investigou uma solução mais permanente que promovesse o desenvolvimento da região:

Inspirando-se num sistema agrícola pré-inca de 3 mil anos, a Oxfam trabalhou com prefeituras locais para desenvolver um sistema de agricultura que pudesse adaptar-se às enchentes e secas regulares, melhorar a fertilidade do solo e tornar a terra mais produtiva. A construção de sementeiras elevadas, conhecidas localmente como *camalhões*, previne que as enchentes sazonais destruam as safras agrícolas. Ao redor das sementeiras estão canais de água, nos quais as plantas são colhidas e colocadas nos topos das margens, criando uma camada de solo fértil. Em virtude da circulação da água ao redor das sementeiras, a necessidade de irrigação é bem menor, uma vez que o sistema está estabilizado. As comunidades locais também podem complementar sua alimentação com os peixes encontrados nos canais de água.²

Conectar programas humanitários e de desenvolvimento não é importante somente durante situações de emergência; esforços estratégicos devem antecipar a ocorrência de desastres. Dessa forma, a Oxfam considera que todas as intervenções humanitárias devem ser vistas como processos de longo prazo, cuja abordagem central deve ser a redução da vulnerabilidade das pessoas mais pobres, integrados aos programas de desenvolvimento implementados por organizações parceiras com apoio da Oxfam.

É objetivo da Oxfam ajudar as pessoas a se adaptarem às mudanças que as afetam, desenvolvendo maior capacidade de resiliência. Entretanto, em muitos casos, isso não é suficiente; é igualmente importante para a Oxfam incluir atividades de advocacy e campanhas em sua resposta humanitária como um meio de potencializar o impacto de suas ações.

Como colocamos isso em prática?

Estabelecer sinergias entre programas de desenvolvimento e programas humanitários significa desenvolver e vivenciar uma cultura organizacional em que o planejamento, a implementação e a avaliação de programas são coletivamente formulados por especialistas em resposta humanitária, em programas de desenvolvimento e em atividades de *advocacy* e campanhas, considerando as abordagens de cada uma dessas áreas durante todas as fases do programa e escolhendo a combinação apropriada entre elas que conduza ao impacto desejado.

^{2.} OXFAM INTERNATIONAL. *The Right to Survive*: the humanitarian challenge for the twenty-first century. Oxford: Oxfam International, 2009, p. 40.

Significa também que especialistas em cada área tenham uma compreensão e conhecimento das outras áreas, de forma a unir esforços para atingir os objetivos da organização.

A Oxfam GB está criando um ambiente de aprendizagem no qual suas equipes são encorajadas e apoiadas a pensar de forma inovadora e são estimuladas a se interessar e a aprender sobre todas as áreas. Nesse ambiente, trabalhar com toda a equipe é visto como uma norma, e não uma exceção. Para enraizar essa abordagem em nossa cultura organizacional, estamos desenvolvendo estratégias que proporcionem referências e orientações claras para nossas equipes durante a implementação de uma abordagem programática comum (one-program approach), proporcionando que a aprendizagem ocorra durante a realização dessas experiências e que seja partilhada entre a equipe. Sabemos que essas referências e orientações são importantes, mas não queremos substituir a conversa informal durante um café, em que um simples comentário sobre um programa pode conduzir a uma abordagem excitante e inovadora que pode ser adotada por todas as equipes, cumprindo nosso objetivo: aliviar o sofrimento das pessoas afetadas pelas "crises humanitárias" e salvar vidas, trabalhando em parceria com pessoas como Ogè e sua família, de forma a aumentar sua resiliência aos desastres recorrentes que enfrentam. •

Maret Laev Gerente humanitária para a região da América Latina e do Caribe Oxfam GB





Associação Brasileira de ONGs (Abong)

DIRETORIA EXECUTIVA COLEGIADA

Aldalice Moura da Cruz Otterloo

Instituto Universidade Popular (Unipop)

José Antonio Moroni

Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Magnólia Said

Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar)

Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia

SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Tatiana Dahmer Pereira

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)

CONSELHO DIRETOR

Regional Amazônia

Romeu Aloísio Feix

Centro de Direitos Humanos de Palmas (Cdhp)

Roseane Gomes Dias

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (Smdh)

Regional Centro-Oeste

Sem diretoria

Regional Nordeste 1

Ana Cristina Lima

Coletivo Feminista Cunhã

Célia Dantas Gentile Rique

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)

Raimundo Augusto de Oliveira

Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)

Regional Nordeste 2

Damien Hazard

Vida Brasil

Hemilson de Castro Rodrigues

Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese (CJP-BA)

Maria de Fátima Pereira do Nascimento

ELO Ligação e Organização

Rosa Marinho

Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (Gapa-BA)

Regional Nordeste 3

Ilena Felipe Barros

Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (Ceahs)

Lúcia Albuquerque do Carmo

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (Cdvhs)

Narcizo de Souza Chagas

Centro Dialogu (Dialogu)

Regional São Paulo

Antonio Eleilson Leite

Ação Educativa

Beloyanis Bueno Monteiro

SOS Mata Atlântica

Luana Vilutis

Instituto Paulo Freire (IPF)

Regional Sudeste

Adriana Valle Mota

Nova Pesquisa e Assessoria em Educação (Nova)

Dayse Valença

Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento (Asplande)

Eleutéria Amora da Silva

Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra)

Regional Sul

José Edmilson Schnelo

Centro de Estudos Bíblicos (Cebi)

Mauri José Vieira Cruz

Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)

EQUIPE ABONG

Assistente de diretoria

Helda Abumanssur

Administrativo

Marta Elizabete Vieira Wanderlei Figliolo

Secretaria

Kelly Cristina Vieira dos Santos

Comunicação

Ana Maria Straube de Assis Moura

Sálua de Paula Oliveira

Programa de Desenvolvimento Institucional

e Relações Internacionais

Isabel Mattos Porto Pato

Isabel Junqueira

Escritório Brasília

Lisandra Carvalho

<www.abong.org.br>

Sobre a Oxfam GB1

Há mais de 50 anos,² a Oxfam GB atua na América Latina em busca de soluções duradouras para a pobreza e o sofrimento. Presente no Brasil desde 1968, essa organização não-governamental internacional mantém seu escritório nacional no Recife. No país, implementa o Programa de Promoção da Igualdade nas Cidades (PPIC), em parceria com organizações da sociedade civil, para alcançar soluções efetivas na erradicação das desigualdades urbanas, com ênfase nos direitos das mulheres e das populações negras.

A Oxfam também apoia o Programa Conjunto da Oxfam Internacional³ sobre Justiça Econômica, em parceria com Intermón Oxfam e Oxfam Novib, implementado pelo Escritório de Advocacy e Campanhas de Brasília. Esse programa trata dos temas mudanças climáticas; agricultura, segurança alimentar; integração regional e comércio. O objetivo é colaborar para processos de mudança que possam contribuir para o combate à pobreza e reverter a concentração de riqueza predominante no Brasil.

O apoio ao projeto SOS Comunidade – Vale do Itajaí é parte de uma tradição de trabalho da Oxfam GB em emergências no Brasil que, nas últimas décadas, apoiou iniciativas de organizações da sociedade civil nos seguintes eventos: seca no Nordeste (1993); enchentes no Acre (1997); seca e incêndios nas florestas de Roraima (1998); seca no Ceará, em Pernambuco e na Bahia (1999): enchentes em Pernambuco (2000); e enchentes no Ceará e Piauí (2004). A partir das enchentes de novembro de 2008, em Santa Catarina, a Oxfam GB apoia a Associação Brasileira de ONGs (Abong) na implementação do projeto SOS Comunidade - Vale do Itajai, cujos objetivos foram monitorar e realizar ações de lobby sobre as ações governamentais em termos de resposta humanitária às vítimas de um dos majores desastres na história recente do país. Os resultados dessa experiência inédita são inspiradores para extrair de momentos de tragédia uma nova força de reconstrução da sociedade.

Para mais informações sobre a Oxfam GB, acesse

A Oxfam GB (*Great Britain*) é uma organização registrada e com sede no Reino Unido.

² O primeiro apoio da Oxfam GB para a América do Sulfoi em 1958, para um projeto no Brasil

⁵ A Oxfam Internacional é uma confederação que reúne organizações filiadas em 14 países.

Para mais informações sobre a Oxfam Internacional, acesse www.oxfaminternational.org.



A rede SOS Comunidade – Vale do Itajaí nasceu da necessidade das ONGs que atuam nas cidades atingidas pelas enchentes em novembro de 2008 de organizarem sua atuação para apoiar o processo de monitoramento e contribuir na organização dessas comunidades.

O objetivo da rede é a luta pela reconstrução das condições básicas de vida naquela região. Além disso, promove a necessidade de mudança do modo de vida que gera as alterações climáticas e que tem provocado um enorme sofrimento no cotidiano das comunidades de Santa Catarina.

Para isso, a rede SOS Comunidade – Vale do Itajaí incentiva a sociedade a organizar comitês locais com a tarefa principal de fiscalizar e acompanhar as ações de reconstrução, inclusive a destinação de recursos, garantindo, com base na organização comunitária, que os direitos das pessoas sejam atendidos plenamente.

Parcerias







